



TERMO DE REFERÊNCIA 022/2022

Projeto Gestão Ambiental e Territorial Integrada de Terras Indígenas na Amazônia Oriental

1_Vaga: 01 vaga

Contratação de profissional para a atividade de Gestão Administrativa no âmbito do projeto **Gestão Ambiental e Territorial Integrada de Terras Indígenas na Amazônia Oriental** para atuação na cidade de Brasília/DF

2 _Contextualização da Instituição

O Centro de Trabalho Indigenista – CTI é uma associação sem fins lucrativos, fundada em março de 1979 por antropólogos e indigenistas. Tem como marca de sua identidade a atuação direta em Terras Indígenas por meio de projetos elaborados a partir de demandas locais, visando contribuir para que os povos indígenas assumam o controle efetivo de seus territórios, esclarecendo-lhes sobre o papel do Estado na proteção e garantia de seus direitos constitucionais.

O CTI atua em Terras Indígenas inseridas nos Biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica e possui três grandes linhas de ação:

- Apoio às ações de gestão territorial e ambiental
- Apoio ao fortalecimento institucional das associações indígenas
- Ações de formação e fortalecimento cultural

3_ O Projeto “Gestão Ambiental e Territorial Integrada de Terras Indígenas na Amazônia Oriental”

A Amazônia Oriental exemplifica as sérias ameaças e impactos à biodiversidade e serviços ambientais que vêm afetando a borda sul da Região Amazônica. Embora as terras indígenas e as unidades de conservação de proteção integral atuem como barreiras ao avanço do desmatamento, seu status legal de áreas protegidas não as isenta da constante pressão de madeireiros, carvoeiros, fazendeiros e outros negócios associados ao avanço de fronteiras agrícolas. Essas pressões são exacerbadas pelos grandes projetos de desenvolvimento econômico como estradas, usinas hidrelétricas, ferrovias e outras obras de infraestrutura.

Nessa região encontram-se as maiores áreas de transição entre o Bioma Cerrado e a Amazônia. O Cerrado, além de ser a savana mais biodiversa do planeta, é onde nascem os rios das principais bacias hidrográficas do continente. Apesar desta importância, este complexo territorial é marcado pelo avanço do agronegócio e empreendimentos como plantios de eucalipto, pecuária e mineração, e pela implantação de grandes obras de infraestrutura.

O objetivo geral do projeto é contribuir para a conservação da Amazônia Oriental, no estado do Maranhão e norte do Tocantins, por meio da gestão territorial e ambiental integrada de 10 terras indígenas, habitadas por cerca de 19.000 indígenas e somando mais de 2 milhões de hectares. Com a capacitação dos povos indígenas e sua instrumentalização com ferramentas de gestão, pretende-se melhorar a governança e proteção dessas terras indígenas, assegurando sua contribuição para a conservação da biodiversidade e manutenção de serviços ecossistêmicos.

O projeto também atuará na lógica de paisagens mais amplas, como mosaicos e corredores ecológicos, por meio da articulação com gestores das unidades de conservação. Como parte dessa estratégia, contribuirá ao fortalecimento de organizações indígenas regionais, aumentando sua capacidade tanto para advogar pelos direitos indígenas como realizar articulações com novos parceiros interessados na conservação da biodiversidade e proteção dos serviços ambientais.

A falta de oportunidades de geração de renda é um fator importante no crescente êxodo dos indígenas para cidades, tornando suas terras ainda mais frágeis perante as ameaças e pressões. Parte integrante da estratégia do projeto, portanto, é um Fundo de Pequenos Projetos para apoio ao bem-estar e atividades econômicas sustentáveis, correspondente a 15% do valor total do orçamento do projeto.

O projeto contribuirá à implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI, usando os instrumentos e ferramentas reconhecidos pela Política, tais como os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), Etnomapeamentos e Etnozoneamentos. Nisto, o projeto traz como principal aspecto inovador a meta de trabalhar esses instrumentos em nível de complexo cultural/territorial e na perspectiva de integração com outras áreas protegidas, tais como unidades de conservação.

O fortalecimento institucional das organizações indígenas se concentrará nas três principais organizações na região foco, sendo estas a Associação Wyty Catë das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins; a Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão – COAPIMA e a Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão. Um foco desse fortalecimento será a participação dessas organizações na Comissão Estadual de Políticas Públicas para os Povos Indígenas (COEPI) do estado do Maranhão.

Por fim, o Fundo de Pequenos Projetos para a Gestão Ambiental e Territorial, com duas chamadas de projetos, apoiará iniciativas comunitárias que favoreçam a gestão ambiental e territorial de terras indígenas e a proteção de seu entorno.

O Centro de Trabalho Indigenista-CTI, líder do projeto, atua com povos indígenas em várias regiões do Brasil e vem trabalhando com os povos Timbira do Maranhão e Tocantins há quase 40 anos. Em 1994, apoiou a criação da Associação Wyty Catë das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, com a qual mantém relação de parceira e assessoria. Antropólogos do CTI participaram diretamente dos processos de demarcação e regularização fundiária de terras indígenas, da criação do PARNA Chapada das Mesas e vêm desenvolvendo projetos de gestão ambiental e etnodesenvolvimento junto aos Timbira, tal como o PGTA Timbira. O CTI trabalha também com processos formativos com associações indígenas, educadores e agentes

ambientais indígenas e há mais de 20 anos possui um Centro de Treinamento e Pesquisa na cidade de Carolina (MA). O referido projeto será desenvolvido em parceria com o ISPN.

O Instituto Sociedade, População e Natureza-ISPAN, fundado em 1990, possui extensa experiência com carteiras de pequenos projetos para comunidades e associações comunitárias, com destaque para o “PPP Ecos”, no âmbito do *Small Grants Programme (SGP)* do *Global Environment Facility (GEF)*. No Estado do Maranhão, o ISPN apoiou a elaboração do Plano de Gestão Ambiental e Territorial da TI Arariboia, e a partir de 2012 intensificou sua presença na região, com a execução do Plano Básico Ambiental das Terras Indígenas Caru e Rio Pindaré, relacionado à duplicação da Estrada de Ferro Carajás, bem como com apoio às associações indígenas das TIs Caru, Rio Pindaré, Alto Turiaçu e Awá, na execução de ações no âmbito do Termo de Cooperação e Compromisso entre a Vale S.A., associações indígenas e a Funai.

O monitoramento e avaliação do progresso do Projeto e de seus resultados serão feitos ao longo dos 36 meses do projeto, incluindo três reuniões anuais de planejamento, uma avaliação de meio-termo e uma avaliação final, envolvendo as organizações parceiras, governamentais, não-governamentais e indígenas que participam diretamente do projeto.

4_ Qualificações obrigatórias

- ❖ Curso superior completo;
- ❖ Experiência de 3 anos ou mais em gestão de projetos;
- ❖ Inglês intermediário;
- ❖ Boa capacidade de escrita e expressão oral;
- ❖ Bom domínio de Excel;
- ❖ Diligência no cumprimento das atividades e produtos; e
- ❖ Disponibilidade para contratação imediata.

5_ Funções

- ❖ Realização de processos de aquisição de insumos, equipamentos e contratação de serviços;
- ❖ Interlocução com coordenação do projeto e equipe de campo;
- ❖ Monitoramento de processos relativos a recursos humanos do projeto, envolvendo, dentre outras atividades, a organização dos arquivos de recursos humanos do projeto, interlocução com a contabilidade e com equipe do projeto;
- ❖ Organização de arquivos eletrônicos e físicos;
- ❖ Preparação e autorização de operações bancárias;
- ❖ Elaboração de planilhas de controle financeiro e prestação de contas;
- ❖ Acompanhamento do processo de auditoria do projeto;
- ❖ Elaboração de documentos relativos à gestão do projeto para coordenação;
- ❖ Elaboração de documentos de gestão do projeto (em Inglês) para financiador; e
- ❖ Cooperação na gestão do escritório.

6_ Vigência contratual e regime de trabalho

A contratação se dará por meio da CLT com período de experiência de 3 meses e com prazo inicial até Março de 2023 podendo ser estendido a depender de financiamento do projeto e do CTI.

7_Procedimentos para candidatura

- ❖ Envio de currículo para renato@trabalhoindigenista.org.br E juliana@trabalhoindigenista.org.br com o título TR 022/2022 – Gestão Administrativa

8_Processo seletivo

O processo seletivo será feito em 2 etapas

I – Análise de Currículos

II – Entrevista

9_Prazos

05/09/2022 – Envio de Currículos

06/09/2022 – Comunicado sobre chamada para entrevistas

08 – 09/09 – Entrevistas

12/09 – Divulgação do resultado do processo seletivo